

RESENHA/REVIEW

OSTERMANN, Ana Cristina & FONTANA, Beatriz. (Orgs.) *Linguagem, gênero, sexualidade: clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola Editorial, 2010. 166 p.

Resenhado por/by: Maria das Graças Dias PEREIRA
(Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC-Rio)
E-mail: mgdpereira@terra.com.br

O livro *Linguagem, gênero, sexualidade*, organizado por Ana Cristina Ostermann e Beatriz Fontana, traz uma excelente contribuição para o campo de estudos, com a tradução de textos clássicos que contemplam a discussão sobre linguagem, gênero e sexualidade na trajetória dos anos 1970 aos anos 1990, com emergência de diferentes paradigmas teórico-metodológicos e movimentos sociais de lutas da mulher, do homem, de *gays* e lésbicas.

Ana Cristina Ostermann, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), é a atual presidente da *International Gender and Language Association* (IGALA) e co-organizou, junto a Viviane Maria Heberle e Débora de Carvalho Figueiredo, a publicação *Linguagem e gênero no trabalho, na mídia e em outros contextos* (Editora da UFSC, 2006). Beatriz Fontana é professora do Programa de Pós-Graduação em Letras do Centro Universitário Ritter dos Reis e pesquisadora colaboradora da UNISINOS.

A publicação *Linguagem, gênero, sexualidade* traz oito capítulos: a introdução, com a apresentação da obra, e sete capítulos, com textos de autoras e autores extremamente representativos e de renome, como Robin Lakoff (cap. 2), Pamela Fishman (cap. 3), Candace West & Don H. Zimmerman (cap. 4), Deborah Tannen (cap. 5), Penélope Eckert & Sally McConnell-Ginet (cap. 6), Anna Livia (*in memoriam*) & Kira Hall (cap. 7), Deborah Cameron (cap. 8).

Os textos presentes nos capítulos, nem sempre de fácil acesso, encontram-se agora disponíveis em português aos pesquisadores brasileiros, que

D.E.L.T.A., 27:2, 2011 (377-387)

assim poderão usufruir de um material bibliográfico especializado, escolhido com extremo cuidado e competência. A tradução foi feita por pesquisadores que atuam no campo de estudos e estão vinculados a representativas universidades brasileiras.

A sequência organizacional dos capítulos é instigante, e na ordem em que se apresentam é que devem ser lidos os textos, revelando um percurso de construção, desconstrução e reconstrução de questões teóricas e metodológicas inseridas em diferentes paradigmas, nas relações entre *linguagem, gênero e sexualidade*. Os capítulos 2, 3, 4 e 5 incluem-se na perspectiva do *déficit, dominância e diferença*. Os capítulos 6, 7 e 8 abrem uma nova linha de reflexão, em paradigmas mais recentes, tematizando, sobretudo, as noções de *comunidade, prática, agência e performatividade*, e a questão da *sexualidade* é inserida na discussão.

O capítulo 2, *Linguagem e lugar da mulher* (1973), de Robin Lakoff, tradução de Adriana Braga e Edison Luis Gastaldo, é leitura primordial, por inaugurar a discussão sobre linguagem e gênero social no âmbito da sociolinguística, na década de 1970. O estudo de Lakoff, no âmbito do paradigma da dominação e da teoria do déficit, é representativo do momento do ultraje do feminismo, com a opressão das mulheres (McIlvenny, 2002).

A autora se propõe a tratar dos ‘modos’ de diferenciação da fala das mulheres em relação à dos homens; da discriminação da mulher a partir de sua linguagem; da maneira pela qual poderia haver mudanças. Em relação aos ‘modos’ de fala, a “linguagem das mulheres” é concebida, por Lakoff, como “um estilo particular de fala”¹ (Hymes, 1972; Tannen, 1984; Pereira, 2009) aprendido durante a socialização no contexto da família; as meninas aprendem, desde cedo, a serem “pequenas damas”.

No tocante à discriminação social, Lakoff busca relações entre os traços linguísticos da fala feminina e a desigualdade social das mulheres. A autora discute o duplo preconceito relacionado à “linguagem das mulheres”: o de serem desacreditadas, quando assim se comportam, ou o de serem ridicularizadas, quando se recusam a falar como uma dama. Para a autora, a “linguagem das mulheres”, com a emotividade, a hesitação, indicativas de trivialidade e incerteza, conduzem a uma fala sem poder, presente em uma fala mais forte e vigorosa, normalmente atribuída aos homens. Em

1. Lakoff (1979) faz uma proposta de estilos, relacionados à polidez/ camaradagem.

relação a propostas de mudanças, Lakoff se direciona a militantes no movimento de liberação das mulheres, linguistas e professores de ensino do inglês como segunda língua.

O capítulo 3, *O trabalho que as mulheres realizam nas interações* (1978), de Pamela M. Fishman, tradução de Viviane M. Heberle, volta-se para uma proposta de análise micro das relações de poder, na atividade conversacional de casais. O título traduz bem a abordagem teórica e metodológica, no âmbito de pesquisas da análise da conversa de base etnometodológica de Sacks, Schegloff & Jefferson (1974). Cada participação em uma dada fala deve ser vista “como uma *tentativa para interagir*” (p. 35), com destaque para o papel do ‘outro’, disposto a contribuir, para que haja sucesso na interação.

A metodologia inclui gravação e transcrição de dados, diferente do texto de Lakoff (1973), com dados introspectivos. Os dados são de conversas de casais, em suas residências. A seleção para análise foi feita por eventos em que a conversa se mostrou problemática para o participante homem ou para a participante mulher; ou não problemática para ambos.

Fishman retoma características atribuídas à “fala das mulheres”, presentes no texto de Lakoff. Como seu foco é a “interação como trabalho”, as interpretações são diferentes. A pergunta, enquanto um recurso interacional, faz parte de um par conversacional que evoca outro enunciado, a resposta. Perguntas não representam assim meramente um hábito ou insegurança das mulheres, mas funcionam como um mecanismo interacional.

Em suas conclusões, Fishman afirma que “existe uma distribuição de trabalho desigual da conversa” (p. 44) entre homens e mulheres, que buscam engajar-se de forma mais ativa na conversa, para garantir a interação. A autora retorna às questões de poder enquanto ‘controle’, mas interacional, em que se espera que as mulheres sejam ‘boas ouvintes’, mas não controladoras da interação. Em relação à ordem social macro, Fishman destaca que o trabalho interacional é ignorado, passando a ser visto como um aspecto de identidade de gênero, ao invés de atividade de gênero.

O capítulo 4, *Pequenos insultos: estudo sobre interrupções em conversas sobre pessoas desconhecidas e de diferentes sexos* (1983), de Candace West & Don H. Zimmerman, tradução de Ana Cristina Ostermann e Mariléia Sell, traz uma discussão sobre a interrupção, tema polêmico em sua ordem conceitual

e nas relações entre linguagem e gênero do ponto de vista da dominação masculina sobre as mulheres.

O objetivo dos autores consiste em problematizar diferentes hipóteses e interpretações sobre a interrupção, especialmente a masculina, na relação com as mulheres. A metodologia é de ordem micro, com dados gravados, mediante comparação entre resultados de um estudo anterior (Zimmerman & West, 1975), com interações espontâneas, e a pesquisa atual, feita em laboratório, entre pessoas de sexos diferentes. Os autores adotam as perspectivas quantitativa e qualitativa na discussão dos resultados.

A conceituação de interrupção adotada, enquanto violação do turno de fala dos falantes, é baseada no modelo clássico de Sacks, Schegloff & Jefferson (1974), e diferencia-se da noção de sobreposição ou fala simultânea, prevista no modelo em locais de possível transição de turnos. Para os autores, interrupções refletem a influência de fatores externos ao gerenciamento da tomada de turnos; o gênero dos falantes seria um desses fatores.

Na discussão dos resultados, West & Zimmerman trazem, inicialmente, a constatação de que os homens interrompem mais de que as mulheres: no estudo anterior (1975), houve 96% de interrupções dos homens; no estudo atual, 75% das interrupções foram também por eles iniciadas. Os autores consideraram que “os homens recusam uma posição igualitária das mulheres enquanto parceiras conversacionais” (p. 57), e relacionam a dominância no âmbito conversacional ao controle masculino nas macroinstituições sociais.

Em uma subseção intitulada “Por que os homens interrompem?” (p. 59), West & Zimmerman fazem uma análise qualitativa, desconstruindo hipóteses veiculadas na literatura sobre gênero: (i) as mulheres “estimulam” a interrupção dos homens, em atitude de tolerância ou de desistência de lutar pelo turno; (ii) as mulheres são “tagarelas” e os homens são obrigados a interrompê-las. Os resultados sugerem que são as mulheres e não os homens que interrompem para ‘conseguir dizer alguma coisa’, refutando a hipótese das mulheres ‘faladeiras’.

Na discussão das implicações dos resultados, os autores retomam as questões do poder, estabelecendo relações de ordem micro e macro. A desigualdade na alocação de turnos, com os ‘pequenos insultos’ face a face, seria trivial, quando comparada aos ‘gestos de poder’, alocados com desigualdade para as mulheres no contexto social mais amplo.

O capítulo 5, *Quem está interrompendo? Questões de dominação e controle* (1990), de Deborah Tannen, tradução de Débora de Carvalho Figueiredo, também tematiza a interrupção. Tannen retoma a concepção de que a interrupção seria ‘um ato hostil, uma espécie de *bullying* conversacional (p. 68). Ao longo do texto, a postura da autora será de contestação da abordagem de interrupção do capítulo anterior.

Em sua discussão, com diferentes subtítulos, a autora contempla os seguintes pontos: (i) a interrupção é uma questão de interpretação quanto aos direitos e obrigações individuais, envolvendo hábitos e expectativas; (ii) há diferentes interpretações dos participantes sobre interrupções e sobreposições; (iii) estilos conversacionais diferenciados, em termos culturais e do gênero, podem estar relacionados à interrupção, mas não de forma absoluta.

Tannen faz o contraponto entre a metodologia de pesquisa experimental e a qualitativa, de base etnográfica, estabelecendo que, para se determinar a violação dos direitos do outro, “é preciso conhecer bem os falantes e a situação” (p. 69), o que só é possível em uma pesquisa de base etnográfica, quando os pesquisadores observam o que as pessoas fazem espontaneamente. A autora argumenta que a interrupção masculina, no exemplo citado por West & Zimmerman, não seria um caso de dominação, mas de direitos conversacionais, quando o marido interrompe a esposa para dizer que ela não deve ‘mexer’ em seus pertences pessoais.

Os estilos são trazidos à discussão, mediante vários exemplos, com destaque para o estilo colaborativo entre mulheres e o estilo relato entre homem e mulheres. Para a autora, não é a interrupção que constitui a dominação, mas o que os falantes estão tentando fazer ao falarem uns com os outros. A concepção de interrupção enquanto sinal de dominação, em que “fala um de cada vez” (p. 74), refletiria mais uma posição ideológica de que uma prática.

Ao discutir as relações entre estilos e etnias, gênero e interrupção, a autora trata da questão política envolvida. O estilo de alto envolvimento é atribuído às minorias nos Estados Unidos (de origem judaica, negros), que, assim como a mulher, encontram-se em desvantagem social e cultural. Nesse contraponto é que Tannen, assumindo posição crítica, ressalta que considerar gênero como um caso de comunicação intercultural seria uma forma de “esconder a dominação real sob a capa da diferença cultural” (p. 86).

Na discussão final, Tannen retoma a questão dos estilos ‘fala cooperativa’ (atribuído às mulheres) e ‘fala tipo relato’ (atribuído aos homens). Para os homens, a intrusão feminina é tida por invasiva e forma de controle da conversa. Para as mulheres, os homens ‘irritam’ porque mudam o tópico da conversa.

Os capítulos 6, 7 e 8 instauram um movimento diferenciado no livro, com textos inseridos em paradigmas mais recentes na pesquisa sobre linguagem, gênero e sexualidade. Os autores posicionam-se de forma crítica em relação às proposições dos capítulos anteriores e trazem, sobretudo, novos parâmetros e tópicos para a discussão, incluindo as noções de *comunidade, prática, agência e performatividade*.

No capítulo 6, *Comunidades de práticas: lugar onde co-habitam linguagem, gênero e poder* (1992), de Penelope Eckert & Sally McConnell-Ginet, tradução de Branca Falabella Fabrício, as autoras assumem postura crítica em relação ao paradigma da diferença e propõem uma abordagem sociolinguística que leve em conta, nos estudos de linguagem e gênero, as comunidades de prática em que as pessoas estão inseridas e as práticas sociais em que se engajam.

Para Eckert & McConnell-Ginet, as noções de ‘mulheres’ e ‘homens’ são muitas vezes pressupostas na sociolinguística e há ‘abstração em demasia nos estudos sobre linguagem e gênero’ (p. 94, 95). São assim criticadas atribuições feitas a homens e mulheres em estudos interacionais e variacionistas, no paradigma da diferença. Se as mulheres forem mais emotivas de que os homens e mais atentas à solidariedade, como alegam os interacionistas, seria de se esperar a correlação com variantes do vernáculo, tidas como típicas também de suas falas, a partir de estudos variacionistas. No entanto, para os variacionistas, a linguagem dos homens é que seria tipificada pelo vernáculo, enquanto a linguagem das mulheres seria marcada por variantes padrão ou de prestígio.

Eckert & McConnell-Ginet entendem que gênero, em estudos na sociolinguística, vem sendo abstraído de outros aspectos da identidade social, assim como a diferença e a dominância são abstraídas das comunidades em que elas ocorrem, face à imensa variabilidade das categorias de sexo, nas interações sociais reais. Pessoas com diferenças de idade, classe, etnia, articulam filiações múltiplas e diferenciadas quanto à sexualidade e pertencimento a diferentes comunidades de prática.

As autoras criticam ainda o construto *comunidade de fala*, visto como ‘frouxamente’ definido, com foco na localização e/ou população. Elas propõem um novo construto analítico, o de *comunidade de prática*, a partir de Wender (1998), buscando articular a ‘prática social’ e o ‘lugar’ individual na comunidade. Práticas passam a ser “modos de fazer coisas, modos de falar, crenças, valores, relações de poder” (p. 102), que emergem em atividade conjunta. A comunidade de prática é definida por seus participantes, pelas práticas em que se engajam, enquanto agentes articuladores. Práticas não são definidas a priori; apresentam-se através da linguagem e de outros sistemas simbólicos.

Eckert & McConnell-Ginet comentam ainda questões sobre poder, nas pesquisas de linguagem e gênero, entendendo que “as formas linguísticas não detêm nenhum poder” (p. 106); é preciso levar em conta as pessoas que significam e as práticas da comunidade em que estão inseridas. Daí o slogan das autoras: “Pense praticamente e observe localmente” (p. 96). Elas finalizam com uma proposta de encaminhamento de pesquisas da própria comunidade de prática acadêmica.

No capítulo 7, o texto “*É uma menina*”: a volta da performatividade á linguística (1997), de Ana Livia & Kira Hall, tradução de Rodrigo Borba e Cristiane Maria Schnack, as autoras trazem a discussão da performatividade, com foco, sobretudo, na teoria *queer* e em questões de sexualidade.

De início, as autoras comentam a escassez e as contradições dos estudos sobre a linguagem de *gays* e lésbicas, centradas especialmente no léxico, nas décadas de 1960 e 1970, em contraposição à predominância de estudos sobre a linguagem de homens e mulheres. A escassez seria resultante da inclusão de falantes *gays* no grupo de homens e de lésbicas, no grupo de mulheres, em função de o conceito de sexualidade não ter sido considerado enquanto critério analítico. Entre as contradições, as autoras apontam o estudo *The Language of Homosexuality: An American Glossary* (Legman, 1941), com gírias de homens *gays*, em que a ausência de termos da linguagem de lésbicas se deu em função de terem sido categorizados como linguagem de homens, em especial de cavalheiros.

Na década de 1970, houve ainda outros estudos sobre *gays* e lésbicas – etnográficos; com fenômenos paralinguísticos, alternância de código, percepção de padrões discursivos, rituais de insulto -, mas a área de estudos não se fortaleceu. Na década de 1980, surge a primeira coletânea sobre

a linguagem das lésbicas, mas com foco na retórica e comunicação. Duas publicações com especificidade na *Teoria Queer* surgem na década de 1990 e a principal delas, com questões linguísticas, é a de Leap (1995), com o título de *Beyond the Lavender Lexicon*.

As autoras passam, a seguir, às questões da *Teoria Queer*, que envolvem, inicialmente, o contraponto de aspectos relacionados ao feminismo. As autoras citam Sedgwick (1990: 27), para quem “O estudo da sexualidade não é coextensivo ao estudo de gênero; de forma semelhante, a agenda anti-homofóbica não é coextensiva à agenda feminista”. Para a *Teoria Queer*, é primordial a separação entre sexualidade e gênero, enquanto a questão de sexo e de gênero, ou de sexo biológico e da produção social do gênero seria essencial para o feminismo. O questionamento se dá assim em relação a pensar gênero como resultante de uma condição biológica, já que, no modelo de dominação e diferença, a base para a distinção sexo x gênero é a distinção natureza x cultura (Oliveira e Pereira, 2006:16).

Outro ponto polêmico é a questão das *Políticas de identidade* que implica, nos dizeres de Semprini (1999:56), “reivindicações de determinadas minorias para que sua especificidade e sua identidade se tornem reconhecidas e leis sejam criadas”. Para Livia & Hall, somente as pessoas envolvidas na comunidade poderiam por ela falar; o interesse acadêmico ficaria reduzido à observação participante e autobiográfica. Somente *gays* e lésbicas se posicionariam, teorizariam e combateriam sua opressão. A crítica feita é a de que a política de identidade é de natureza essencialista. Spender (1980) aponta para a ausência de representação de mulheres negras e de classes populares na literatura. A *Teoria Queer* é contra a política de identidades, por não ser capaz de dar conta até mesmo de pessoas do mesmo sexo.

Livia & Hall, citando Butler, Althusser e Derrida, vão tecendo, em seu artigo, uma postura voltada para o papel do discurso, em uma visão não representacional, principalmente a partir dos dêiticos (eu, você), considerados como indexais. Na *Teoria Queer*, os dêiticos não são mais um conjunto limitado – a dêixis é por si só um princípio constitutivo da linguagem; as palavras não têm significado em si mesmas – o significado é construído no discurso. O papel do discurso é articulado à teoria da performatividade, o que conduz à discussão da relativização linguística e cultural nos estudos de gênero. Para as autoras, não se pode estudar o discurso de *gays*, lésbicas, bissexuais e transgêneros de forma transcultural ou trans-histórica se forem

definidos de forma culturalmente específica. O conceito de performatividade aponta para práticas localizadas de gênero, construídas no discurso.

O texto de Livia & Hall é complexo, com discussões teóricas sobre a performatividade, a ação, a partir de Austin, e coloca em questão o socio-construcionismo, reconsiderado na construção discursiva de gênero. O título do texto “*É uma menina*”: *a volta da performatividade á linguística*” remete à fala de uma parteira, implicando que tornar-se menina é motivado. Para Butther (1993), é o discurso que produz falantes, não o contrário.

O capítulo 8 traz o último texto do livro “Desempenhando identidades de gênero: conversa entre rapazes e construção da masculinidade heterossexual”, de Deborah Cameron, tradução de Beatriz Fontana. O texto é interessante pela perspectiva de desconstrução do paradigma da diferença, com posicionamento pela adoção da teoria da performatividade.

Cameron retoma o estudo de um aluno de uma turma de linguagem e gênero, sobre a fala masculina, intitulado “Vinho, mulheres e esportes”. O estudo realizado confirma o estereótipo das interações masculinas. A autora, no entanto, percebe que, ao lado da conversa sobre esportes, há um tema recorrente, a ‘fofoca’ masculina sobre alguns rapazes, que os participantes suspeitam serem *gays*. Ela demonstra que a conversa dos participantes se assemelha ao estereótipo da fala feminino, revelando preocupações nada masculinas, sobre estilos de vestir. No entanto, em termos quantitativos, a conversa não pode ser categorizada como igualitária, por haver domínio de turno mais acentuado de alguns participantes. Cameron considera que há cooperação e competição na conversa.

Cameron ressalta que sua intenção não foi de analisar a fofoca masculina enquanto um estilo conversacional ‘feminino’. Ela trata de um aspecto mais importante: a conversa não é *sobre* masculinidade, mas um desempenho sustentado *de* masculinidade, um “trabalho performativo de gênero” (p. 144). A autora propõe que homens e mulheres não vivem em planetas diferentes. Ambos podem aprender diferentes discursos e formas de falar, relacionadas ou não ao seu gênero. Orientando-se por Butther (1993), a autora considera que homens e mulheres podem, performativamente, subverter ou resistir aos códigos de gênero predominantes.

Vimos, assim, que, ao longo dos capítulos, os contrapontos estabelecidos são extremamente significativos. Há contribuições de ordem teórica

e metodológica para os investigadores brasileiros, com enorme riqueza nas discussões, ao longo da costura interna dos capítulos. A obra mostra-se assim extremamente relevante e necessária, em um momento em que as questões envolvendo *linguagem, gênero e sexualidade* estão presentes, a todo o instante, nos lares, nas escolas, na mídia, no trabalho, no cotidiano interacional e social que nos envolve no mundo contemporâneo.

Recebido em junho de 2011

Aprovado em outubro de 2011

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BUTLER, J. 1993. *Bodies that matter*. New York: Routledge.
- HYMES, D. 1972. Models of the interaction of language and social life. In: GUMPERZ, J. J. & HYMES, D. (eds.). *Directions in Sociolinguistics*. New York: Rinehart and Winston. p.35-71.
- LAKOFF, R. 1979. Stylistic strategies within a grammar of style. In: ORASANU, J.; SLATER, M.; ADLER, L. (eds.). *Language, sex and gender*. Annals of the New York Academy of Science. v. 327, p.53-78.
- LEAP, W. (org.) 1995. *Beyond the Lavender Lexicon*. Buffalo: Gordon and Breach.
- Legman, G. 1941. The language of homosexuality: an American glossary. In: HENRY, G. *Sex variants: a study of homosexual patterns*. New York: Hoeber.
- MCLIVENNY, P. (ed). 2002. *Talking gender and sexuality*. Amsterdam: John Benjamins.
- OLIVEIRA, T. L. de e PEREIRA, M. G. D. 2006. Teoria Queer e estigma: a construção de performances homoafetivas em narrativas de histórias de vida. Rio de Janeiro: Departamento de Letras da PUC-Rio. Tese de doutorado.
- PEREIRA, M. G. D. 2009. A construção de discursos sócio-culturais: uma mudança de paradigma? In: PEREIRA, M.G.D.; BASTOS, C. R. P.; PEREIRA, T. C. (orgs.). *Discursos socioculturais em interação*. Rio de Janeiro: Garamond. p. 541-575
- SACKS, H., SCHEGLOFF, E. & JEFFERSON, G. 1974. A Simplest systematics for the organization of turn-taking for Conversation'. *Language* 50 (4), 696-735.

- SEDGWICK, E.K. 1990. *Epistemology of the closet*. Berkeley: University of California Press.
- SEMPRINI, A. 1999. *Mulculturalismo*. São Paulo: EDUSC.
- SPENDER, D. 1980. *Man made language*. London: Routledge & Kegan Paul.
- TANNEN, D. 1984. *Conversational style*. Norwood: Ablex.
- WENGER, E. 1998. *Communities of practice*. Cambridge: Cambridge University Press.
- ZIMMERMAN, D. H. e WEST, C. 1975. Sex roles, interruptions and silences in conversation. In: THORNE, B; HENLEY, N. (orgs.). *Language and sex*. Rowley: Newsbury House. p. 105-129.